



ESTADO DE ALAGOAS  
GABINETE DO GOVERNADOR

**LEI Nº 6.764, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2006.**

**ALTERA AS LEIS Nº 6.673, DE 4 DE JANEIRO DE 2006; Nº 6.443, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2003; Nº 6.608, DE 1 DE JULHO DE 2005; E Nº 6.554, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS**

Faço saber que o Poder Legislativo Estadual decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** As Leis nº 6.673, de 4 de janeiro de 2006; nº 6.443, de 31 de dezembro de 2003; nº 6.608, de 1 de julho de 2005; e nº 6.554, de 30 de dezembro de 2004, ficam alteradas nos termos desta lei.

**Art. 2º** O art. 2º, o parágrafo único do art. 7º, o art. 9º e o art. 12 da Lei nº 6.673, de 4 de janeiro de 2006, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º [...]

[...]

§1º Para consecução de suas finalidades, a Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas – ADEAL poderá celebrar convênios, contratos, ajustes e protocolos com instituições públicas e privadas nacionais, estrangeiras e internacionais, observada a legislação pertinente. (AC)

§2º Fica conferido à Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas - ADEAL o poder de polícia administrativa, ficando conseqüentemente assegurado aos servidores designados para as atividades previstas nesta Lei o livre acesso aos locais já definidos nas Leis nº 6.554, de 30 de dezembro de 2004, e nº 6.608, de 1 de julho de 2005. (AC)”

“Art. 7º [...]

[...]

Parágrafo único. Os membros do Conselho Consultivo, com exceção do Secretário Executivo de Agricultura, Irrigação, Pesca e Abastecimento, serão substituídos, em suas ausências ou impedimentos, pelos suplentes que indicarem, todos designados pelo Governador do Estado. (NR)”

“Art. 9º Os ocupantes de cargos em comissão serão todos nomeados pelo Governador do Estado e os exercentes de funções de confiança serão designados por ato do Diretor Geral. (NR)”

“Art. 12. [...]



ESTADO DE ALAGOAS  
GABINETE DO GOVERNADOR

[...]

VI - os recursos provenientes das multas decorrentes da aplicação das Leis nº 6.554, de 30 de dezembro de 2004, e nº 6.608, de 1 de julho de 2005, no que dizem respeito às finalidades da Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas – ADEAL; (NR)

[...]

IX - os recursos provenientes da Taxa de Fiscalização e Utilização de Serviços Públicos – TFUSP, criada pela Lei nº 6.443, de 31 de dezembro de 2003, com as alterações introduzidas pelo art. 1º da Lei nº 6.753, de 27 de julho de 2006; (NR)

X - outros recursos eventuais ou extraordinários que lhe sejam atribuídos. (AC)”

**Art. 3º** O art. 10 da Lei nº 6.443, de 31 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 10. As receitas oriundas da Taxa de Fiscalização e Utilização de Serviços Públicos – TFUSP serão repassadas, integralmente, à Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas - ADEAL, visando às suas diversas atividades. (NR)”

**Art. 4º** O §3º do art. 16 da Lei nº 6.608, de 1 de julho de 2005, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 16. [...]

[...]

§ 3º As multas previstas neste artigo deverão ser recolhidas em estabelecimento bancário autorizado, à conta da Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas – ADEAL, para a execução das ações descritas nesta Lei. (NR)”

**Art. 5º** O art. 21 da Lei nº 6.554, de 30 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 21 [...]

[...]

§ 6º As multas previstas nesta Lei deverão ser recolhidas em estabelecimento bancário autorizado, à conta da Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas – ADEAL, para a execução das ações descritas nesta Lei. (NR)”



ESTADO DE ALAGOAS  
GABINETE DO GOVERNADOR

**Art. 6º** A Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas – ADEAL substitui a Secretaria Executiva de Agricultura, Irrigação, Pesca e Abastecimento nas ações a que se referem as Leis nº 6.443, de 31 de dezembro de 2003; nº 6.554, de 30 de dezembro de 2004; e nº 6.608, de 1 de julho de 2005.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 8º** Ficam revogados o parágrafo único do art. 2º e o art. 10 da Lei nº 6.673, de 4 de janeiro de 2006; o art. 2º da Lei nº 6.753, de 27 de julho de 2006; e demais disposições em contrário.

**PALÁCIO REPÚBLICA DOS PALMARES**, em Maceió, 1º de novembro de 2006, 118º da República.

***LUIS ABILIO DE SOUSA NETO***  
Governador

**Este texto não substitui o publicado no DOE de 02.11.2006.**